

A educação em contraciclo

O meu ponto é este: a política pública de educação, em Portugal e neste momento, no contexto de crise e de escassez de recursos por que passamos, em que a chaga do desemprego mais se abre e cresce a pobreza, em que persistem profundas desigualdades sociais, deveria seguir em contraciclo.

No próximo mês de Setembro, pela primeira vez, os jovens que agora concluíram o ensino básico (9º ano), são *obrigados* a matricular-se e deviam poder frequentar o nível secundário de ensino e de formação, na modalidade mais adequada a cada um. Só assim a universalidade poderá acompanhar a obrigatoriedade.

A quase totalidade das crianças e dos jovens até aos 17 anos já se encontra na escola. O esforço brutal que isto significou e a beleza cultural deste passo já dado, nos últimos quarenta anos, reclamam de todos os portugueses o melhor e máximo aproveitamento deste bem comum, para benefício de todos. É de ouro esta oportunidade para escolarizar com o nível secundário todos os portugueses e não apenas os 75% “mais fáceis”.

Primeiro, porque a via da escolarização tem sido aquela que mais tem contribuído para a coesão social do país e para o seu desenvolvimento económico e sociocultural, facilitando o acesso de todos a um benefício sociocultural da maior relevância, no presente e no futuro de cada português; segundo, porque apostar em educar todos as crianças e levar agora todos os jovens, sem exceção, a um tipo adequado de escolarização secundária, mesmo os que encontram maiores debilidades económicas e sociais nas suas famílias, reforçaria como nunca o pacto entre a sociedade e a escola, pacto este que pode (e deveria) marcá-los positivamente para toda a sua vida; terceiro, porque desafia toda a sociedade, e não apenas as iniciativas do Estado, a disponibilizar percursos educativos de qualidade para cada jovem, no quadro de uma grande abertura de “modelos” a seguir, sob responsabilidade das escolas e dentro de orientações gerais pré-estabelecidas.

A desqualificação dos portugueses é muito mais grave do que a atual crise económica; esta pode ultrapassar-se em poucos anos, aquela precisa ainda de mais trinta anos de esforço contínuo, pois esse parece ser o tempo que ainda falta para nos colocarmos ao nível dos nossos parceiros europeus, podendo assim Portugal continuar no pelotão da frente.

Actuar política e estrategicamente em contraciclo é mesmo isto que significa: haver um sector da nossa sociedade que nos puxa para diante, que nos valoriza na nossa diferença e que nos dignifica a todos como pessoas, dando mais e melhores oportunidades de educação e formação para cada uma e para cada um. Com muito trabalho, com muita exigência e participação social e com novas perspectivas de desenvolvimento local.

Como é que isso se faz? Significa que temos de gastar mais dinheiro? Não é necessário; só o que se pode poupar em ganhos de eficácia e eficiência! Mais uma vez, não será deitando dinheiro sobre os problemas que eles se resolvem.

É preciso criar nas escolas as condições para que todos os alunos que concluíram o 9º ano se matriculem e sejam bem recebidos e acolhidos no nível secundário; isso implica que a escola que os recebe (muitas vezes a mesma em que concluem o básico) seja capaz de se preparar para tal e coloque à sua disposição um conjunto de alternativas de estudos, em função das várias escolhas dos jovens; isto requer, em cada escola, a capacidade humana e técnica para colocar estas opções de pé, desde as mais estandardizadas às construídas na própria escola, fruto da existência de competências profissionais e órgãos devidamente instituídos para poderem tomar as melhores decisões, o que felizmente já existe; finalmente, implica exercer a autonomia e *obrigar* o MEC a cumprir a autonomia que legisla (ainda há poucos dias foi concedida, e bem, mais autonomia às escolas); com o reforço da autonomia, tem de ser reforçado o trabalho de acompanhamento e de auditoria aos vários projectos em desenvolvimento.

Todavia, este caminho não será seguido se: limitarmos drasticamente as opções que os alunos podem realizar, sobretudo as vias profissionais e artísticas; se reforçarmos a selectividade, em vez de proporcionarmos a formação e promoção de todos os alunos, sem exceção, gerando as alternativas curriculares que as escolas puderem e souberem construir (melhorando sempre as trajectórias, com o apoio dos pais, das autarquias, dos actores sociais locais); se considerarmos que sem um apoio selectivo aos alunos com maiores dificuldades de

aprendizagem se obterão bons resultados escolares globais. Demora tempo, eu sei, mas por isso mesmo, não se pode continuar a perder tempo.

Trabalha-se muito e geralmente bem nas nossas escolas; é viável esperar delas a criação de oportunidades educativas de qualidade para todos os jovens, melhorando as práticas e corrigindo os projetos com piores resultados, divulgando entre si as mais bem sucedidas práticas pedagógicas de escola e de sala de aula, apoiando-se mutuamente inter-escolas com base naquelas com sucesso reconhecido (como nos Projectos *Fénix* e *Turma Mais*, programas de promoção do sucesso escolar com muito bons resultados).

As políticas públicas (e aqueles que as servem) servem para isso mesmo: para gerar futuro onde ele parece não existir; para fomentar esperança mesmo quando nos encontramos perto do fundo do poço; para desenhar janelas onde até agora só havia grossas paredes. Quem sabe, logo mais tarde, talvez até já saibamos como as abrir. A nossa velha história como país mostra-nos que não há fatalidades e que, neste naco de terra posto a olhar para o mar, o improvável acontece, por força da nossa visão, determinação e persistência.

Temos de prestar muita atenção ao nosso presente, é verdade, mas desistir de inscrever no futuro o futuro que queremos é uma torpe capitulação.

Além disso, já há muito que deveríamos saber que, em termos sociais, a paz segue os passos da justiça.